

Campanha Salarial 2013

Assembleia hoje às 12h, na sala CB-06

Atividade avalia reunião entre Cruesp e Fórum das Seis ocorrida na última sexta e prepara paralisação no dia 11 de junho



A partir do meio-dia de hoje, na sala CB-06, acontece a assembleia geral para avaliar a segunda rodada de negociações da data-base 2013 entre o Fórum das Seis e o Conselho de Reitores (Cruesp), ocorrida na última sexta-feira. A categoria também discutirá os detalhes do ato unificado com paralisação marcado para 11/6 (terça-feira) na Unicamp, durante a segunda rodada de negociação entre o STU e o reitor José Tadeu Jorge.

O dia 11 foi assumido pelo Fórum das Seis como indicativo de Dia Unifi-

cado de Paralisação com Atos.

O Sintunesp, a Adunesp e os estudantes da Unesp também estão discutindo indicativo de greve geral na Universidade a partir de 3 de junho.

Cruesp encerra negociação do índice

Na reunião do dia 24, os representantes do Fórum das Seis informaram aos reitores os resultados das assembleias de base, que consideraram insuficiente o reajuste de 5,39% e cobraram um cronograma para discussão de todos os itens da Pauta Unificada.

No entanto, o presidente do Cruesp e reitor da Unicamp foi categórico ao afirmar que a negociação do índice estava encerrada sem possibilidade de

debater uma nova proposta. Desconsiderando as sobras de caixas nas três universidades, Tadeu voltou ao “argumento” de que a arrecadação do ICMS está aquém do previsto.

Tadeu informou ainda que as universidades se comprometeriam apenas em agendar nova reunião entre a comissão técnica do Conselho e o Fórum das Seis para setembro. Sem nenhuma perspectiva concreta de reabertura do debate, já que historicamente esse é o período de maior baixa da arrecadação estadual, que só volta a subir no último trimestre frente às compras de fim de ano.

Sobre os demais itens da pauta unificada, apesar da insistência do Fórum, o Cruesp mais uma vez remeteu a discussão a cada universidade.

Luta por direitos

Trabalhadores rejeitam repor horas da greve de 2011

O STU realizou na última sexta-feira, na Praça da Paz, uma plenária com a presença de mais de 100 trabalhadores que sofreram descontos devido à participação na greve de 2011. Com apenas quatro abstenções, foi rejeitada a proposta apresentada pela reitoria na reunião de negociação do dia 21/5, que condiciona a retirada dos F3 à reposição das horas não trabalhadas de forma negociada individualmente pelo trabalhador com a chefia.

Passados quase dois anos da greve, os servidores avaliaram que a reposição das horas mantém a punição imposta pela reitoria Fernando Costa.

A categoria também rejeitou qualquer negociação em separado e houve consenso que a pauta deve ser tratada com o reitor na mesa de negociação da Campanha Salarial. Afinal, a punição foi determinada pelas chefias sob o argumento de que era uma orientação da reitoria.

A negociação individual também fragiliza e divide os trabalhadores.

Foi decidido que o STU levará o posicionamento da categoria à próxima negociação, com a presença de uma comissão de funcionários que sofreram corte de ponto, a fim de pressionar a reitoria a apresentar uma proposta condizente com a reivindicação por revogação.

O STU reforça a necessidade de participação no ato-paralisação do dia 11.

Tadeu edita resolução sobre estágio probatório que retira conquistas da greve de 2011

Embora tenha prometido em seu programa de gestão que revogaria a resolução relativa ao estágio probatório (GR-34/2010) substituindo-a, “após ampla discussão”, por um instrumento mais democrático e claro, o reitor José Jorge Tadeu publicou no último dia 15 uma nova resolução (GR 32/2013) que traz mais ataques que a regulamentação da gestão Fernando Costa. Para piorar, a nova norma foi baixada sem nenhum diálogo com os trabalhadores.

A resolução de Tadeu restringe a referência de 5% aos servidores que concluirão o probatório até o final de 2014, revogando o dispositivo da GR 32/2012 que garantia uma referência automática a todos os servi-

dores que atingem a estabilidade ao fim do probatório. Esta foi uma das conquistas da greve de 2011.

Além disso, o documento reforça critérios subjetivos de avaliação, mantém a possibilidade das comissões de avaliação decidirem pelo desligamento do servidor em probatório a qualquer tempo, reduz prazos de defesa e recurso em caso de decisão das comissões pela demissão do funcionário e inclui afastamentos para fins de formação autorizados pelo reitor entre os critérios de suspensão da contagem de tempo do estágio probatório (adiando a homologação da estabilidade do servidor).

O detalhamento dos problemas da nova GR você encontra no site do STU: <www.stu.org.br>.

Trabalhador da Funcamp: Fique atento aos seus direitos!

O sindicato que legalmente representa os trabalhadores da Funcamp (Seaac) convocou para a próxima quarta-feira (29), às 15h30, uma assembleia para discutir e deliberar sobre a pauta de reivindicações que fará parte da proposta de acordo coletivo deste ano. A assembleia acontece no estacionamento do SESMT (prédio Funcamp).

Tendo em vista que no ano passado o acordo coletivo foi imposto pela patronal com o respaldo do Seaac, o

STU orienta os funcionários da Funcamp a se mobilizarem para garantir que as suas bandeiras de luta sejam contempladas.

A assembleia será uma oportunidade também para os servidores da Fundação cobrarem do Seaac que lute pela isonomia do vale-alimentação com os trabalhadores contratados diretamente pela Unicamp, a habituação do benefício (incluindo férias e pagamento referente ao mês completo) e a negociação de pisos sa-

lariais entre trabalhadores da própria Funcamp (que muitas vezes recebem salários diferentes para exercer as mesmas funções).

Além disso, é o momento de cobrar retroativamente os benefícios conseguidos no dissídio coletivo que o Seaac moveu e garantiu adicional de permanência no valor de R\$ 40,00; reembolso creche de R\$ 213,00 e auxílio alimentação de R\$ 18,00. Esses benefícios não foram estendidos aos trabalhadores da Funcamp.

Estudantes realizam ato contra o PIMESP hoje

Os estudantes da Unicamp realizam nesta terça, a partir das 9 horas em frente ao Consu, um ato contra o PIMESP (programa de “inclusão com mérito no ensino superior paulista” do governo do Estado e do Cruesp) e a favor das cotas raciais.

O ato convocado pelo DCE, com o apoio do STU, tem como objetivo cobrar do reitor um posicionamento contra o programa apresentado pelo governo Alckmin e formulado pelo Cruesp ainda na gestão Fernando Costa.

O PIMESP, ao invés de garantir cotas sociorraciais, lança os “cotistas” em um curso superior a distância de dois anos que servirá como pré-requisito para que esses estudantes concorram a uma vaga em uma universidade estadual ou Fatec.